

ENTRE A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE: AS CARTAS DE ALFORRIA E O COTIDIANO ESCRAVO NA CIDADE DO SALVADOR, 1750-1800

Marcella Andrade Cezar¹; Adriana Dantas Reis Alves²

1. Bolsista FAPESB, Graduanda em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: marcellinha_cezard@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: adrihist@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão, Cartas de Alforrias e Libertos.

INTRODUÇÃO

A Carta de Alforria consistia em um mecanismo no qual o senhor ou proprietário abria mão do seu escravo. Todavia, para que isso fosse possível, era necessário que o senhor estivesse plenamente ciente de suas faculdades mentais e pudesse responder por sua ação para então poder conceder a liberdade ao escravo, segundo Mattoso (1988) além de haver o dispositivo legal, que era a Carta de Alforria, outros caminhos também levavam o escravo à liberdade, como a fuga, a morte e a alforria, seja ela onerosa, gratuita ou sob condições. Por fim, as manumissões nos levam a perceber uma prática que promove inúmeros sentimentos e expectativas de homens e mulheres de diversas naturalidades, cor e idade que trilharam um caminho árduo até chegar ao estado de pessoa livre.

Através das análises das Cartas de Alforria, foi feito um levantamento de dados assinalando informações como nome do escravo, categoria racial, nome do senhor, justificativa da liberdade e por vezes, o valor da alforria entre os anos de 1750-1800. Junto a esta análise, importantes obras de autores foram consultadas ao longo da investigação, a exemplo de Stuart Schwartz, que em sua obra “Escravos, roceiros e rebeldes” trata de questões referentes às Cartas de Alforria, como idade, cor, naturalidade do escravo e em raras ocasiões, a ocupação do mesmo e as razões da concessão, Kátia Mattoso discute em um dos seus capítulos do livro intitulado de “Ser escravo no Brasil” a transição da vida escrava, ou seja, os caminhos que levavam o escravo à liberdade. Lígia Bellini que também fez uso das Cartas de Alforria para analisar o cotidiano da relação senhor-escravo no período colonial (1684-1707). A autora afirma que diferente da imagem que se construiu e predominou durante um tempo considerável em trabalhos sobre escravidão no Brasil e conseqüentemente em outros lugares da América, “os escravos não apareciam apenas no papel de vítima passiva, sem qualquer autonomia para viver sua vida, ou como alguém cuja obediência é mantida exclusivamente ou principalmente pelo chicote” (Bellini, 1988, p. 74), e tantos outros que realizaram uma análise quantitativa acerca deste tema.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para garantir um resultado satisfatório da pesquisa e não fugir aos objetivos propostos adotou-se alguns procedimentos. A identificação e organização das Cartas de Alforrias na Bahia, entre 1750-1800 foram procedimentos assumidos para a realização deste trabalho de pesquisa, pois a partir da identificação e organização das Cartas, foi possível encontrar informações importantes como gênero, idade, nação a qual o escravo pertencia, o preço dos alforriados e as condições de liberdade. Ao passo que as Cartas eram analisadas, havia um constante diálogo com a bibliografia referente ao tema estudado.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Diante da análise das Cartas de Alforria, associada a uma pesquisa de cunho qualitativo e das leituras dos clássicos que discutem alforrias chegou-se aos seguintes resultados. A começar pelo maior número de mulheres nas manumissões, e que estas foram obtidas através de pagamento. A presença masculina é menos expressiva nas alforrias, e quando esta ocorre, é gratuita e geralmente condicionada, pois ao passo que o senhor liberta este cativo, o obriga a servi-lo até o fim de sua vida, após isso, o escravo poderia gozar de plena liberdade. Além da presença de homens e mulheres nas alforrias analisadas durante o período em foco, havia também a presença de crianças libertas, porém, em número muito reduzido, e quando isto ocorria, a alforria era gratuita e geralmente quem a outorgava era o casal proprietário da criança e por vezes somente a proprietária. Pelo amor que possuíam ao mulatinho(a) e ou crioulinho e por ter criado este cativo com amor, foram justificativas encontradas nas Cartas que eram cedidas as crianças. Vale salientar que estas expressões como *por amor, pelos bons serviços, pela fidelidade* são declarações de afeição encontradas em grande parte das cartas, todavia, esse reconhecimento por parte do senhor dos predicados do seu cativo acabam por denunciar de certa forma a astúcia senhorial, não obstante, o cativo ao longo de sua vida, construiu formas para a busca da liberdade e talvez essa prática de obediência servisse para uma possível liberdade. Além disto, havia casos em que a mãe comprava a liberdade do seu filho, patronos que cediam a liberdade a seu cativo sem nenhuma restrição e até padre que alforriava o cativo da sua senhora por conta desta ir a óbito. Estes foram casos atípicos ao longo da análise, pois a maioria das manumissões era de homens e mulheres, com ênfase na presença feminina.

Russel-Wood (2005 p, 150-152) declara que “Vários motivos concorriam para essa predominância feminina entre os alforriados. Os laços íntimos que se formavam entre escravas, seus senhores e suas senhoras podiam favorecer as mulheres, em particular aquelas empregadas no serviço doméstico”. No entanto, o autor enfatiza que isso não era convincente para explicar o fenômeno, pois grande parte das mulheres conseguiu a alforria através dos seus esforços vendendo frutas, carnes, peixes e gêneros de primeira necessidade, acumulando dinheiro para comprar a sua carta de alforria, e essa afirmativa se justifica na maioria das cartas que eram pagas por mulheres durante o período analisado.

Esse processo de alforriar mais mulheres está ligado às relações sentimentais que iam afunilando ao longo do tempo, sejam elas por manterem relações com seus senhores ou por despertarem um grau de afabilidade com os filhos dos senhores através da amamentação, aliado a isso Faria (2008) endossa que os bons serviços prestados estavam imbricados aos laços sentimentais e que é plausível que todos estes elementos estejam apropriados para esclarecer o grande número de manumissão de mulheres. Por fim, pesquisar Cartas de Alforria, geralmente registradas em Livros de Notas, levou-me

a compreender as condições de liberdade cedida ou conquistada pelos escravos, e as tendências acerca do acesso à liberdade por africanos ou crioulos, de variadas cores, homens, mulheres ou até mesmo crianças- por pecúlio ou gratuita.

CONCLUSÃO

Através da análise das Cartas de Alforria, registradas em Livros de Notas no Arquivo Público da Bahia (APEB), foi possível compreender as tendências sobre o acesso à liberdade no Brasil colônia e, com isso, observar as circunstâncias que as alforrias se davam, sejam elas por pecúlio ou gratuita, ou até mesmo por questões de localidades. Visualiza-se que os meios de se conseguir a alforria dependiam do esforço dos envolvidos neste processo de persuadir seus senhores a conferir a manumissão. Não obstante, é relevante destacar a presença das mulheres nas Cartas de Alforria, muitos autores alegam diversos motivos para explicar a razão disto, como as relações sentimentais com os filhos dos seus senhores, relação com o seu próprio senhor, a venda de produtos de primeira necessidade no comércio como forma de acumular pecúlio para posteriormente comprar a sua Carta de Alforria e por fim, os laços que haviam entre as mulheres dos seus senhores e as cativas que eram empregadas do serviço doméstico. Como fonte para tal pesquisa histórica, as Cartas de Alforria foram à fonte primordial, através delas foi possível identificar os padrões de alforrias na Bahia colonial entre 1750-1800.

REFERÊNCIAS

BELLINI, Ligia. "Por Amor e por Interesse: as Relações Senhor - Escravo em Cartas de Alforria". In: REIS, João José. *Escravidão & Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense (1988).

KARASCH, Mary Catherine (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "A propósito de cartas de alforria – Bahia, 1779-1850". In: *Anais de História*. IV: 23-52, 1972

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 2a Ed São Paulo: Brasiliense, 1988. 267p

MAUSS, Marcel; LEVI-STRAUSS, Claude. **Ensaio sobre a dadiva**. Lisboa: Edicoes 70, 1988. 209p

OLIVEIRA, Maria Ines Cortes de. **O liberto: o seu mundo e os outros: Salvador, 1790-1890**. São Paulo, SP: Corrupio, 1988. 111p

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. Campinas, Tese de Doutorado, 2005.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 473 p

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP, EDUSC, 2001.

SOARES, Márcio de Souza. **A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, c. 1750- c. 1830**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. 300p

VAINFAS, Ronaldo. **Tropico dos pecados: moral, sexualidade e inquisicao no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, c1989. 393p